

# FAB poderá perder atribuições

ZENAIDE AZEREDO

A preocupação do Ministério da Aeronáutica com a manutenção das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem interna, aliada ao interesse em resguardar as conquistas militares no campo da segurança nacional, levou-a a subestimar o acompanhamento, na Assembléia Nacional Constituinte, de assuntos puramente profissionais. E o resultado foi arrasador para a FAB, pois nessa primeira fase de trabalhos constitucionais perdeu o Departamento de Aviação Civil e tem o Correio Aéreo Nacional preso apenas por uma tênue emenda, introduzida à última hora, na Subcomissão da Defesa do Estado.

O CAN — orgulho do brigadeiro Eduardo Gomes, patrono da FAB —, impresso no capítulo das competências da União desde a Constituição de 1946, deixou de ser considerado como tal na Subcomissão a ele afeta, a dos Transportes. Segundo integrantes daquela Subcomissão, a Aeronáutica deixou de atender ao pedido do deputado Sérgio Naja (PMDB-MG) para que alguém fosse até a Assembléia falar sobre o Correio Aéreo Nacional. Na falta de qualquer defesa, a subcomissão acabou votando pela sua abolição do texto constitucional.

Notando a falha, já ao apagar das luzes dos trabalhos da subcomissão, os assessores parlamentares da Aeronáutica não conseguiram reaver a perda e foi na madrugada de domingo, durante a votação do relató-

rio da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança (que trata do papel constitucional das Forças Armadas), que o constituinte Otomar Pinto (PTB-RR), brigadeiro da Reserva, alertado pelos assessores da Aeronáutica, conseguiu passar a emenda de reinclusão do Correio Aéreo Nacional naquela Subcomissão, que nada tem que ver com o tema.

A mesma sorte, contudo, os assessores não tiveram com relação ao Departamento de Aviação Civil, concentrando seus trabalhos na Comissão de Defesa do Estado, cujos membros foram, inclusive, levados a conhecer as instalações do Cindacta. Os assessores despreocuparam-se da Subcomissão de Transportes. E foi ali, às vésperas da votação do relatório, que se aperceberam de uma emenda resultante de lobby dos aeronautas e aeroviários, que autorizava a transferência do DAC para a administração civil.

Não mais havendo tempo de se trabalhar em cima dos constituintes daquela Subcomissão, como já havia feito com os membros da Subcomissão de Defesa do Estado, a Aeronáutica acabou perdendo o DAC. Reconhecendo que a "batalha já está ganha" no relatório que trata da participação dos militares na defesa interna, a Aeronáutica preocupa-se em recuperar o tempo perdido e passa a investir naqueles que podem fazer com que a aviação civil retorne às atribuições do Ministério.

Brasília — Ag. Estado



Eduardo Gomes, patrono do CAN

GASAS PRE-FABRICADAS  
CHALÉS

Finas Residências CrS 3.500 w/ m<sup>2</sup> - Madeira  
Nobre-Garantia de 20 anos - Pronta entrega  
qualquer parte do Brasil. Av. Ipiranga, 120 Fone  
(011) 259.6854 Arg. Cajal.